


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
 FORO DE SÃO CARLOS
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 Rua D. Alexandrina, 215
 São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0016276-09.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 22/10/2013 17:30:17 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

RELATÓRIO

Fazenda do Estado de São Paulo opôs embargos à execução movida por Antonio Carlos Castilho, Dall Antonia e Falcão Ltda e Marcio Falcao Lopes Filho aduzindo, em suma que há excesso na execução dos honorários fixados na sentença de fls. 119 dos autos principais uma vez que o cálculo não observou, em sua atualização, a Tabela Prática para Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais relativos à Fazenda e ainda que os juros de mora não são devidos. Pede a procedência dos embargos.

Os embargados manifestaram-se a fls. 12/14, aduzindo, preliminarmente, que nos autos principais, foram atravessadas duas petições, uma com os cálculos e outra com o pedido de desconsideração destes pois constatada sua incorreção e que o cartório não observou a ordem do protocolo para a escoreita juntada aos autos. Aduziu, ainda que, ao contrário do que alegado pela Fazenda, o fato gerador da sucumbência é a propositura da ação, incidindo à partir daí as atualizações. No mérito pedem a improcedência destes embargos e a condenação nas verbas de sucumbência.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 740, parágrafo único do CPC uma vez que não há a necessidade de produção de outras provas, tratando-se de matéria exclusivamente de direito.

Observa-se, inicialmente, que assiste razão aos embargados ao alegarem que não promoveram a execução com base nos cálculos ora questionados pela embargante.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Com efeito, observamos às fls. 157 e 159/160 dos autos principais, apesar da juntada fora da ordem de protocolo, que os cálculos que os embargados inicialmente haviam apresentado (fls. 159/160) foram por eles em seguida rejeitados, ao postularem a remessa dos autos à contadoria judicial (fls. 157).

Independentemente disso, das manifestações nestes embargos já se antevê controvérsia das partes no concernente ao termo inicial dos juros moratórios, pois a embargada alega que tais juros não incidiram, no caso concreto, até o momento, e os embargados sustentam que devem incidir desde a propositura da ação de conhecimento.

Induidoso o acerto da executada, uma vez que no caso presente os juros moratórios somente incidem após transcorrido o prazo constitucional para pagamento, no caso de precatório, ou o prazo legal para tanto, no caso de RPV. STJ: REsp 1141369/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ªT, j. 28/09/2010.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, ACOLHO os embargos e DELIBERO os honorários advocatícios devidos serão calculados a partir do valor nominal cobrado quando do ajuizamento da ação, R\$ 9.106,97, com atualização monetária pela Tabela do TJSP relativa aos Débitos da Fazenda Pública desde a propositura da ação em 12/06/1996; os juros moratórios somente incidirão após transcorrer o prazo constitucional para pagamento, no caso de precatório, ou o prazo legal para tanto, no caso de RPV, com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos da regra do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com redação da Lei n. 11.960/09.

Sem condenação de qualquer das partes em ônus sucumbenciais, pois a execução foi deflagrada com base em cálculos posteriormente recusados pelos embargados, que então solicitaram a remessa dos autos ao contador judicial, de modo que, sob a ótica da causalidade, a oposição destes embargos não é imputável aos embargados.

Transitada esta em julgado, dê-se vista aos embargados, nos autos principais, para apresentarem os cálculos do montante que entendem devidos, indeferido o requerimento de remessa à contadoria judicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Apresentados os cálculos, se estiverem em conformidade com a presente sentença, expeça-se precatório ou RPV, conforme o caso.

P.R.I.

São Carlos, 11 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**